

1ª CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

PRINCÍPIOS E
DIRETRIZES
APROVADOS

Princípios - Etapa Estadual - Minas Gerais

1 - O financiamento e a gestão da segurança pública devem ser pautados pela previsão constitucional de recursos orçamentários em um fundo próprio, com percentuais fixados para União, Estados e Municípios, vedado seu contingenciamento.

(207 votos)

2 - Segurança Pública se faz com respeito aos Direitos Humanos e garantia da dignidade do preso, mediante o efetivo acesso à justiça, nos termos da Constituição, a reinserção social e investimento em trabalho e educação para o preso e, principalmente, educação em período integral para a criança e o adolescente.

(110 votos)

3 - O atendimento emergencial, combate à incêndio, busca e salvamento e o atendimento pré hospitalar, deve ser garantido a todos e em todos os municípios igualmente e de forma efetiva, por intermédio de maior distribuição geopolítica.

(105 votos)

4 - A Política de Segurança Pública deve estar orientada para promover a cultura de paz, a partir do núcleo familiar, focada nos direitos e deveres individuais e coletivos, através de política de educação e de participação da sociedade em toda sua diversidade.

(80 votos)

5 - A política de segurança pública deve estar orientada por uma abordagem sistêmica, que valorize a gestão pautada na promoção dos direitos humanos e na valorização e capacitação profissional permanente como Política de Estado com abrangência nacional.

(78 votos)

6 - Aos trabalhadores do sistema prisional devem ser garantidos a qualificação profissional, condições dignas de trabalho e segurança, promovendo a sensibilização para suas responsabilidades, atribuições e direitos.

(73 votos)

7 - A inteligência de Segurança Pública deve constituir o eixo principal da Política Nacional de Segurança Pública, garantindo o compartilhamento de informações e a integração dos órgãos que compõem o sistema de defesa social.

(68 votos)

Diretrizes - Estadual - Minas Gerais

1 - Implementar autonomia administrativa e financeira às Polícias Judiciárias.
(Eixo 2 - 177 votos)

2 - Propor alterações legislativas tendentes a aprimorar a persecução criminal de forma a ampliar o poder investigatório das polícias judiciárias a partir da possibilidade de requisição de informações, sem prejuízo do controle externo.
(Eixo 4 - 133 votos)

3 - Incluir no plano de ensino a partir do fundamental as disciplinas: primeiros socorros, defesa civil, educação no trânsito, prevenção contra sinistros e acidentes e educação ambiental.
(Eixo 7 - 133 votos)

4 - Garantir o acesso a defesa técnica com fortalecimento da defensoria pública e sua priorização em áreas de vulnerabilidade social.
(Eixo 5 - 133 votos)

5 - Profissionalizar a administração prisional por meio da aprovação e promulgação da emenda constitucional 308/2004.
(Eixo 6 - 126 votos)

6 - Promover a autonomia e a modernização dos órgãos periciais criminais, como forma de incrementar sua estruturação, assegurando a produção isenta e qualificada da prova material, bem como o princípio da ampla defesa e do contraditório e o respeito aos direitos humanos.
(Eixo 7 - 124 votos)

7 - Expandir o número de cidades atendidas pelos Corpos de Bombeiros através de recursos públicos, com transparência e controle pela sociedade.
(Eixo 7 - 120 votos)

8 - Garantir que as carreiras dos profissionais de segurança pública, sejam valorizadas e tenham suas prerrogativas e atribuições específicas fortalecidas e respeitadas, fixando a carga horária máxima em 40 horas semanais para todos os trabalhadores da segurança pública, com remuneração das horas extras.
(Eixo 3 - 110 votos)

9 - Instituir aposentadoria especial (25 anos para mulher e 30 anos para o homem), com proventos integrais a todos os servidores da segurança pública.
(Eixo 3 - 109 votos)

10 - Instituir o subsídio como forma remuneratória única para os operadores de segurança pública, garantindo os princípios da paridade e integralidade dos proventos.

(Eixo 3 - 100 votos)

11 - Priorizar o enfrentamento aos crimes praticados por agentes políticos, inclusive com a extinção do foro privilegiado, em todas as esferas.

(Eixo 4 - 97 votos)

12 - Aperfeiçoar e integrar a rede de captação, circulação, processamento e disseminação de informações e conhecimentos de inteligência de segurança pública.

(Eixo 4 - 84 votos)

13 - Garantir constitucionalmente a autonomia política e financeira dos órgãos de segurança pública e cidadania, a fim de humanizar, promover a qualificação profissional de segurança pública, fomentar políticas restaurativas e de inserção social do apenado e expansão das Apacs.

(Eixo 6 - 81 votos)

14 - Fortalecer os mecanismos de controle interno e externo, tais como as corregedorias e ouvidorias, com a garantia da participação da sociedade civil organizada em instância superior colegiada e recursal, representativa de todos os órgãos do Sistema de Defesa Social e Justiça, resguardando o sigilo do conteúdo e a transparência na realização dos procedimentos. Conferir autonomia às ouvidorias públicas.

(Eixo 1 - 75 votos)

15 - Criação, implementação, ampliação, regulamentação e reestruturação dos conselhos comunitários de segurança pública (CONSEP 's) em todos os municípios.

(Eixo 1 - 72 votos)

16 - Implementar ações sociais educacionais e ambientais voltadas para a infância e juventude na busca da paz social tendo como linha de ação a prevenção as drogas e a violência em todas as instituições de ensino (publicas e privadas).

(Eixo 5 – 72 votos)

17 - Implementar programas de resolução extrajudicial de conflitos e aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto como também medidas e penas alternativas a privação de liberdade em órgãos de defesa social e segurança pública.

(Eixo 5 - 66 votos)

18 - Implementar e estruturar a Defensoria Pública em todas as Comarca e subseções da Federação, positivando-a como Órgão de Execução Penal com permanência em período integral nas unidades prisionais. (Eixo 6 - 63 votos)

19 - Garantir prisão especial, até trânsito em julgado, aos servidores do SUSP, privados de liberdade pela suposta prática ilícita e o cumprimento de pena em estabelecimento prisional especial.

(Eixo 3 - 60 votos)

20 - Criar e melhorar os espaços públicos de socialização (praças, quadras, parques, etc) nas comunidades, ampliando acesso da população como um todo, principalmente os jovens, estimulando maior participação popular e a prevenção a violência.

(Eixo 5 - 60 votos)

21 - Incluir na grade curricular dos cursos de formação dos operadores de segurança pública, nas três esferas de Governo, bem como das escolas de ensino fundamental e médio, como disciplina obrigatória e transversal, a educação em Direitos Humanos, Ética e Cidadania.

(Eixo 1 - 60 votos)